

Relatório e **contas**

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.



13

O Relatório e Contas da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. foram aprovados em Assembleia-geral de 14 de Abril de 2014

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

Sede - Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima - Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial do Funchal, sob o nº 01016/40.05.08

Pessoa Coletiva nº 511 007 116

Capital Social - 5.000.000,00 Euros

Capital Próprio – 783.338,27 Euros

Índice

Órgãos Sociais	9
Relatório de Gestão	11
Contas do Exercício	25

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1 Nota Introdutória	30
1.1 Identificação da Entidade	30
1.1.1 Designação da Entidade	30
1.1.2 Sede	30
1.1.3 Designação da empresa mãe	30
1.1.4 Sede da empresa mãe	31
2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações financeiras	31
2.1 Disposições gerais	31
2.2 Derrogações às disposições do SNC	31
2.3 Comparabilidade com o ano anterior	31
3 Principais políticas contabilísticas	32
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:	32
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes	32
3.3 Principais estimativas e julgamentos	40
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	41
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	42
4 Fluxos de caixa	42
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	42
6 Ativos fixos tangíveis	43
7 Acionistas/sócios	44
8 Impostos sobre o rendimento	44
9 Clientes	46
10 Estado e outros entes públicos	47
11 Outras contas a receber	47
12 Diferimentos	48
13 Capital realizado	48
14 Reservas legais	49
15 Resultados transitados	49
16 Outras variações no capital próprio	49
17 Financiamentos obtidos	49
18 Outras contas a pagar	50

19	Fornecedores	50
20	Vendas e serviços prestados	51
21	Subsídios à exploração	52
22	Fornecimentos e serviços externos.....	53
23	Gastos com o pessoal	54
24	Outros rendimentos e ganhos.....	55
25	Outros gastos e perdas	56
26	Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	57
27	Juros e gastos similares suportados.....	57
28	Divulgações de partes relacionadas	57
29	Acontecimentos após a data de balanço.....	58
30	Outras informações	59
30.1	Anexo ao relatório do conselho de administração.....	59
	Certificação Legal de Contas	61
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	63

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

FISCAL ÚNICO

EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109
Rep. por João Albino Cordeiro Augusto – (Roc. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – (Roc. 862)

Relatório de Gestão

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Administração da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., submeter à acionista a apreciação e aprovação do Relatório e Contas respeitante à atividade desenvolvida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

APRESENTAÇÃO

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., seguidamente referida por SG, é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, tem como actividade o transporte coletivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Curral das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por ações, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

ENQUADRAMENTO GERAL

A SG no sector interurbano está implantada no mercado como uma empresa orientada para servir o cliente com qualidade e segurança. Na área da sua atuação prima pelas infraestruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos, informação fornecida de apoio ao cliente e responsabilidade do serviço social que presta.

A SG continua a assumir a sua responsabilidade, como empresa pública e social que atua na área da mobilidade através das carreiras interurbanas de transporte de passageiros que lhe estão concessionadas, contribuindo para o desenvolvimento das populações nas zonas da sua atuação, utilizando os seus próprios recursos e ajustando a sua atividade às necessidades do mercado, de modo a aumentar a sua eficiência e qualidade diária.

A economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do Turismo. De modo a atrair mais visitantes, as várias entidades regionais empenharam-se em criar vários cartazes turísticos apelativos à procura, com programas ricos em manifestações de carácter cultural, etnográfico artístico e cada vez mais o desportivo. Deste modo, a SG, através da sua atividade, contribui para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira aquando daquelas manifestações, para além dos serviços que presta no decorrer da sua própria atividade.

ACTIVIDADE

A descida da procura continua a verificar-se de forma significativa, reflexo do momento conjuntural que atravessamos, tanto a nível Regional, Nacional, Europeu e até mesmo Mundial.

Portugal solicitou em 2011 assistência financeira internacional. A Região Autónoma da Madeira solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento foi criado um Plano de Assistência Económica e Financeira para ser aplicado ao longo de vários anos. Com vista ao seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de modo a controlar o desequilíbrio das finanças públicas. Como resultado registou-se uma grande retração da economia, redução do rendimento das famílias e elevadas taxas de desemprego, realidade esta, que contribuiu fortemente para uma descida da mobilidade das populações, logo afetando a atividade da empresa.

O Plano acima referido, tem como objetivo contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas participadas com Capitais Públicos, impõe entre outras medidas, reduções drásticas nas despesas, corte nas indemnizações compensatórias e aumentos no tarifário. Visto que as medidas impostas, não tiveram os reflexos pretendidos no objetivo do Plano, foram necessárias mais cortes na despesa, nomeadamente nas remunerações a pagar, incluídas nos Orçamentos de Estado, e acompanhadas pelos Orçamentos da RAM para os anos de 2011, 2012 e 2013.

Na SG tais medidas não sortiram os efeitos acima desejados, pelos seguintes factos:

- O aumento do custo litro/gasóleo, custo incontrolável e não refletido no tarifário, tendo implicações diretas no aumento dos gastos da empresa;
- O aumento do tarifário, na ordem dos 15% em 2012 e 2,4% em 2013, contribuiu para uma redução significativa da procura, refletindo-se numa evolução da receita em apenas 0,35%;
- O aumento de 1% na Taxa do IVA dos nossos serviços, em 2012, contribuiu também negativamente nos nossos proveitos, já que o mesmo foi absorvido pelas receitas;
- A redução das indemnizações compensatórias dos anos de 2010, 2011 e 2012 em 43 mil, 41 mil e 122 mil euros, respetivamente, e a manutenção do valor de 2012 para 2013, influenciaram diretamente os nossos proveitos, contribuindo para o desequilíbrio económico e financeiro da empresa;
- A redução dos custos com o pessoal em 2012, pelo não pagamento de alguns subsídios, refletem-se neste exercício num agravamento desses mesmos custos, tendo novamente contribuído para o desequilíbrio económico e financeiro;
- Os custos com a reparação e a manutenção da frota, aumentaram 1%, não se conseguindo uma redução no presente exercício, em virtude da inflação e do aumento da idade da frota.

A SG, no serviço interurbano, com a finalidade de reduzir custos, readaptou a oferta à procura, reajustou alguns horários, e suprimiu viagens, reduzindo assim o número de Km percorridos.

No serviço de Alugueres o número de serviços prestados diminuíram, tal como o nº de passageiros transportados.

A procura desceu em consequência da menor solicitação de serviços por parte dos agentes de viagens, tendo como consequência uma descida no volume de faturação. Esta descida terá também sido influenciada por uma redução dos próprios clientes face a anos anteriores. A actividade está actualmente fortemente dependente do turismo de cruzeiros, tendo diminuído o número de escalas em 2013 em relação ao ano anterior, não tendo existido uma compensação em outros serviços proporcionados pelo aumento de turistas movimentados no aeroporto da Madeira. Por estes factos a actividade da SG vem retrocedendo, sendo preocupantes os resultados apresentados de ano para ano.

SERVIÇO CARREIRAS INTERURBANAS

A exploração do serviço decorreu com normalidade, não se registando aspetos de relevo que provocassem perturbações, tanto no âmbito operacional como no comercial.

OFERTA

Manteve-se a extensão da rede simples em 232 km.

O total de Km percorridos foi de 1.531.552 km, menos 33.794 Km (2%) que no ano anterior (1.565.346 km).

Foram realizadas 58.642 viagens, menos 380 que no ano anterior.

Em consequência, todos os principais indicadores de oferta baixaram, conforme é demonstrado no quadro seguinte:

Indicadores	2012	2013	Quant.	%
Km Úteis	1.425.223	1.414.432	-10.791	-0,76%
Km em vazio	140.123	117.119	-23.004	-16,42%
Total Km	1.565.346	1.531.552	-33.794	-2,16%
% Km Vazios	9,0	8,0	-1,0	-11,11%
L.M.	60	60	0	0,00%
L.K.O.	85.513.390	84.865.968	-647.422	-0,76%
Viagens realizadas	59.022	58.642	-380	-0,64%
Velocidade Média (Km)	25	26	1	4,00%

PROCURA

O número de passageiros transportados, 1.248.007, regista uma descida de 3,88%, menos 50 mil passageiros que no ano anterior. Fazemos notar que os passageiros transportados, neste exercício estão a ser analisados através das validações apuradas no nosso sistema informático, Bilhética. Por este motivo este indicador difere do relatório anterior, nomeadamente passes, que estavam a ser obtidos através de estimativas e apuradas com base em inquéritos periódicos.

A queda na procura verifica-se em todos os principais destinos, Camacha, Santo da Serra, Curral das Freiras, Ribeiro Frio, Poiso e Santana.

Os principais motivos, da baixa da procura, são atribuídos à crise económica, à elevada taxa de desemprego, à emigração, à redução do número de turistas que utilizaram o transporte em autocarro nas deslocações pela Ilha e ao aumento do tarifário.

Aferido o número de passageiros transportados, a procura caracterizou-se numa **descida** na venda de títulos com mais volume de receitas, sendo os mais significativos:

- Bilhetes -4,3 %;
- Passe Social -5,8 %;
- Passe Estudante -8,3 %;

A evolução da procura refletiu-se na quantidade de todos os títulos vendidos, assumindo particular relevância nos seguintes:

Descidas

- Passe Social -1,8%;
- Passe Estudante -31,2%.

Subidas

- Bilhetes 21,8%;
- Passe Sénior/Pensionista 13,3%

No quadro seguinte estão resumidos, comparativamente com o ano anterior, os principais indicadores da procura, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2012	2013	Quant.	%
Passageiros transportados	1.298.325	1.248.007	-50.318	-3,88%
Percurso médio	19	19	0	0,00%
Passageiro/km transportado	24.200.820	23.262.850	-937.970	-3,88%
Taxa de Ocupação	28,30	27,41	-0,89	-3,14%

FISCALIZAÇÃO

Foram fiscalizadas 7.699 viagens, o que corresponde a menos 8,1% do total das viagens realizadas.

O total de passageiros fiscalizados foi de 129.162, o que representa 10,3 % do total dos passageiros transportados.

Foram detetadas apenas 4 infrações, o mesmo número que no ano anterior.

PARAGENS

Os trabalhos de manutenção da rede de paragens decorreram com normalidade e com especial atenção à restauração de suportes e placas de paragem, com o objetivo de manter a boa imagem da sinalética nos pontos de paragem, importante para o decurso normal do serviço e referência para os clientes e pessoal de tráfego.

SERVIÇO DE ALUGUER/TURISMO

OFERTA

A atividade operacional do serviço de turismo, desenvolveu-se com normalidade. No entanto a atual conjuntura sócio-económica Mundial, que condiciona este sector, influenciou os resultados da empresa.

O material circulante tem uma idade e uma lotação desajustada a este tipo de serviço o que para além de ser uma desvantagem face à concorrência tem reflexos negativos na imobilização e nos custos da manutenção.

Nos indicadores da oferta realça-se o decréscimo de 1.302 serviços realizados.

O quadro seguinte resume os principais indicadores da oferta, nos serviços com Agências:

Indicadores	2012	2013	Quant.	%
Veículo/Km (total)	379.282	311.731	-67.551	-17,81
Lotação média	47	45	-2	-4,26
Lugares Km oferecidos	14.645.066	11.851.133	-2.793.933	-19,08
Serviços realizados	6.137	4.835	-1.302	-21,22
Frota (unidades)	42	43	1	2,38

A frota disponível, manteve a tipologia de 53 e 24 lugares, num total de 42 unidades. Neste exercício foi adquirida uma viatura de tipologia diferente, com lotação de 18 lugares, passando para 43 unidades ao serviço deste sector.

PROCURA

Pelos motivos já anteriormente referidos, no serviço de Turismo também se registou uma diminuição da procura em relação ao ano anterior, sendo esta explicada, ainda, pelas seguintes razões:

- Nos serviços ocasionais prestados às agências de viagens, verificou-se a perda de um serviço de um navio de cruzeiros, com várias escalas por época, habitualmente solicitado por um dos nossos clientes, que o perdeu para um agente seu concorrente;
- Nos serviços ocasionais prestados a organizadores individuais de excursões, a redução dos rendimentos familiares, por um lado, e a precária situação financeira das instituições e organismos com dependência do estado, nomeadamente as ligadas ao desporto e lazer, por outro, que deixaram ou reduziram as deslocações para muitos dos eventos realizados ao longo do ano.
- A SG está no mercado com um posicionamento orientado pela qualidade e transparência comercial, enquanto alguma concorrência tem optado pela estratégia do preço mais baixo. Esta estratégia da concorrência leva a que a SG perca poder negocial no que concerne ao preço de venda dos seus serviços;
- O material circulante, viaturas, embora ainda com uma imagem aceitável, já demonstra estar desatualizado e com uma média de idade também elevada, face às modernas marcas que alguma concorrência apresenta. Este facto pode vir a pesar na SG, aquando da apresentação de propostas de fornecimento de serviços para determinadas agências de viagens.

Os clientes que proporcionaram maior volume de faturação foram as agências de viagens Blandy, e J. M. Ferraz.

RECURSOS HUMANOS

O quadro de funcionários da SG estabilizou ao longo dos últimos anos, embora neste exercício houvesse uma redução de 1 trabalhador, pois saíram 4 trabalhadores e foram integrados 3, por transferência da Empresa – Mãe, Horários do Funchal.

Os principais indicadores dos recursos humanos são os seguintes:

Indicador	2012	2013
Nº Funcionários	71	70
Taxa de contratos a termo	9,9%	7,1%
Saídas	5	4
Entradas	0	3
Faltas (em nº horas)	3.326	3.155
Taxa Trab. Suplementar	12,9%	12,9%
Formação		
Cursos	15	14
Formandos	50	40
Horas formação	1.112	878
Exames médicos periodicos	17	67
Exames médicos ocasionais	90	127
Acidentes de trabalho	1	5
Álcool testes	2.297	2.233
Testes positivos	1	0

FROTA E MANUTENÇÃO

A SG terminou o ano com 102 autocarros, mais um que no ano anterior, ficando com 59 no serviço Interurbano e 43 no Turismo, distribuídas pelas seguintes marcas:

Marca	S. Interurbano	S. Turismo	Total	%
Scania	12	10	22	21,57%
Volvo	47	20	67	65,69%
Daf		3	3	2,94%
Mercedes		1	1	0,98%
Toyota		9	9	8,82%
Total	59	43	102	100%

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- Serviço interurbano – 24,6 anos;
- Serviço de turismo – 13,6 anos.

As oficinas da HF asseguram a manutenção das frotas da SG, destacando-se as seguintes intervenções:

- Reparações gerais – Foram efetuadas 6 reparações.
- Reconstrução – Não foi efetuada qualquer reconstrução em viaturas;

- Manutenção Preventiva - A fim de serem prevenidas futuras avarias, são realizadas anualmente revisões em todas as viaturas. Foram efetuadas 272 revisões nas viaturas SG, menos 38 que no ano anterior;
- Inspeções periódicas - Foram realizadas 213 inspeções periódicas às viaturas, mais 26 que no ano anterior.

Custo/km - O custo km por viatura, manutenção e combustíveis, foi de 1,33 euros, para as viaturas afetas ao serviço de turismo e de 1,16 euros para as do serviço interurbano.

A média de consumo de combustível para o serviço interurbano subiu em 0,7% em relação ao ano anterior e situa-se em 58,4 L/100 km. No serviço de turismo, em 2012, foi de 48,1 L/100km, em 2013 desce para 47,4 litros.

AMBIENTE

A SG está firmemente comprometida com a conservação e proteção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactes decorrentes da sua atividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ESTRUTURA DOS CUSTOS E PROVEITOS

	S. Interurbano	S. Turismo	Total
Gastos e perdas			
Gastos pessoal	1.231.522,12	282.381,07	1.513.903,19
Forn. Serv. Externos-Combustíveis	915.477,44	183.450,83	1.098.928,27
Forn. serv. Externos-Outros	1.220.751,88	542.042,92	1.762.794,80
Gastos dep. Amortizações	179.442,39	41.453,98	220.896,37
Gastos e perdas financiamento	1.514,83	1.514,82	3.029,65
Restantes gastos e perdas	84.604,02	29.684,90	114.288,92
	3.633.312,68	1.080.528,52	4.713.841,20
Rendimentos e ganhos			
Prestação de serviços	2.489.492,94	863.446,57	3.352.939,51
Ind. Compensatória-ent.públicas	660.854,92	125,00	660.979,92
Restantes rend. e ganhos	105.612,87	90.667,10	196.279,97
	3.255.960,73	954.238,67	4.210.199,40
Resultados antes impostos	-377.351,95	-126.289,85	-503.641,80

Demonstração do Resultado por Km percorrido

Gastos e Perdas	Interurbana	Turismo
Custos Exploração / Km	2,51	3,37
Outros Custos / Km	0,06	0,10
Total de Custos / Km	2,57	3,47
Rendimentos e Ganhos	Interurbana	Turismo
Proveitos de Exploração / Km	2,23	2,77
Outros Proveitos / Km	0,07	0,29
Total de Proveitos / Km	2,30	3,06
Resultado / Km	-0,27	-0,41

Demonstração do Resultado por Passageiro Transportado

Gastos e Perdas	Interurbana	Turismo
Custos Exploração / Passageiro	2,84	2,77
Outros Custos / Passageiro	0,07	0,08
Total de Custos / Passageiro	2,91	2,85
Rendimentos e Ganhos	Interurbana	Turismo
Proveitos de Exploração / Passageiro	2,52	2,28
Outros Proveitos / Passageiro	0,09	0,24
Total de Proveitos / Passageiro	2,61	2,52
Resultado / Passageiro	-0,30	-0,33

No resultado por passageiro em 2013 é de -0,30 euros no serviço interurbano e de -0,33 euros no serviço de turismo e em 2012 foi de -0,36 euros e -0,20 euros respectivamente.

O resultado líquido deste exercício é negativo em 503.638,82 euros.

Atendendo aos resultados negativos não foi estimado qualquer valor de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com exceção de 5,00 euros de tributação autónoma sobre despesas de representação. Os impostos diferidos totalizaram 7,98 euros.

Os dois serviços que compõem a atividade da SG apresentam os seguintes Resultados antes de impostos:

- O do Interurbano um resultado negativo de 377 mil euros e no ano anterior de 569 mil euros;
- O do Turismo um resultado negativo de 126 mil euros, quando em 2012 foi de 89 mil euros.

O resultado deste exercício apresenta um prejuízo de 503 mil euros e no ano anterior de 658 mil euros.

Abaixo apresentam-se as variações mais significativas das rubricas da demonstração dos resultados, comparativamente ao exercício anterior:

Gastos

Reduções

- Nos fornecimentos e serviços externos em 119 mil euros, sendo no gasóleo 84 mil euros, nos subcontratos 24 mil euros, pela redução de serviços contratados para o Serviço de Turismo e nos trabalhos especializado, honorários, 20 mil euros atribuídos em 2012, sendo a diferença para variações noutras rubricas de pequeno significado;
- Nos Juros e gastos similares, em 34 mil euros, refere-se ao empréstimo existente na Caixa Geral de Depósitos, adiantamento da indemnização compensatória de 2008, pago em Janeiro de 2013.

Aumentos

- Nos gastos com o pessoal em 93 mil euros, sendo os mais significativos no subsídio de natal em 54 mil euros, no subsídio de férias em 59 mil euros e respectivos encargos em 19 mil euros, atendendo à reposição do pagamento destes subsídios que tinham sido cortados, por imposição legal, em 2012. Nas remunerações base houve um decréscimo de 36 mil euros. Nas restantes rubricas não existe variações relevantes;
- Nos gastos de depreciação e amortização em 66 mil euros, refere-se essencialmente à substituição de órgãos nas viaturas;
- Nas imparidades de dívidas a receber efetuamos ajustamentos no montante de 116 mil euros, refere-se essencialmente ao ajustamento em outros devedores e credores, sendo uma redução de 93 mil euros referente à dívida das Indemnizações Compensatórias de 2010 e 2011, pelo método do custo amortizado, atendendo que vão ser liquidadas até o fim do ano de 2016. Foi também reduzida em cerca de 30 mil euros pelos pagamentos efetuados pelas empresas Controlmídia e Rui Castro, devedores de cobrança duvidosa ligados ao sector de Turismo.

Rendimentos

Aumentos

- Não foram registados valores relevantes para divulgação, com excepção nos outros rendimentos e ganhos, no valor de 30 mil euros, referente a uma campanha publicitária.

Reduções

- Na prestação de serviços em 223 mil euros que representa menos 6,23%, devendo-se a dois fatores:
 - No serviço interurbano, os bilhetes registam uma redução nas quantidades vendidas em cerca de 26 mil títulos e uma redução no valor da receita arrecadada de 20 mil euros, - 1,55%. Nos passes verifica-se também uma redução de 473 títulos mas um aumento em valor da receita de 30 mil euros, 2,32%. O aumento médio do tarifário foi de 2,4%. Nos dois tipos de títulos o aumento da receita é de 0,35%, não refletindo a percentagem média do aumento do tarifário;
 - No serviço de turismo - verificou-se uma redução de 223 mil euros, representando menos 20% que o ano anterior, essencialmente explicada pelo decréscimo nos serviços ocasionais prestados a agências de viagens em 237 mil euros. Estas variações refletem bem as quebras da procura já anteriormente referidas.

Nas restantes rubricas de gastos e rendimentos não existe nada de relevo a divulgar.

Principais indicadores económico-financeiros

DESCRIÇÃO	2013	2012	Varição
Activo não corrente	1.438.759,74	1.740.693,20	-17,35%
Activo corrente	1.600.498,11	2.190.003,42	-26,92%
Diferimentos activos	48.446,54	46.636,26	3,88%
Caixa e depósitos bancários	145.833,91	70.725,44	106,20%
Total do activo	3.039.257,85	3.930.696,62	-22,68%
Capital realizado	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00%
Capital próprio	783.333,27	1.287.011,94	-39,14%
Passivo	2.255.924,58	2.643.684,68	-14,67%
Diferimentos passivos	53.483,02	48.571,18	10,11%
Vendas Prestações de serviços	3.352.939,51	3.575.556,26	-6,23%
Resultados operacionais	-501.661,47	-622.078,17	-19,36%
Resultados antes de impostos	-503.641,80	-657.986,25	-23,46%
Imposto s/ o rend. do exercício	2,98	136,45	-97,82%
Resultado líquido do exercício	-503.638,82	-657.849,80	-23,44%

INVESTIMENTO

Neste exercício, não foi efetuado qualquer investimento relevante, com exceção da aquisição de uma viatura, em estado de uso, para o serviço de turismo no valor de 17,5 mil euros, de reconstruções de órgãos de substituição de viaturas no montante de 303 mil euros e 5 mil euros de impressoras para bordo das viaturas do serviço interurbano.

DESINVESTIMENTO

Procedeu-se ao abate de alguns órgãos de viaturas, tendo sido substituídos por outros reparados, no montante de 284 mil euros.

CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio, tal qual no ano anterior, encontra-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação que nos termos do art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais, implica a informação do CA, informando a accionista que deve ser tomadas, na respectiva Assembleia Geral, medidas tendentes à reposição do valor dos capitais próprios para níveis adequados, no mínimo equivalentes a 50% do respectivo capital social.

FINANCIAMENTO

Não foi necessário recorrer a qualquer financiamento.

PERSPECTIVAS FUTURAS

As medidas impostas pelo Governo, vem impor às empresas públicas e equiparadas medidas severas na contenção de custos e de endividamento. Destacam-se destas medidas, em 2011, 2012 e 2013, a redução dos custos, até o final de 2011, em pelo menos 15%, em média relativamente a 2009, o corte nos subsídios de Férias e de Natal em 2010 e 2011, o aumento do tarifário, a redução dos subsídios à exploração, o não investimento em ativos, a não contração de novos empréstimos e a redução de dívidas comerciais de modo que a sua antiguidade seja inferior a 90 dias, salvo, em relação a algumas delas autorizações, mediante prévia justificação da administração, a conceder pelos responsáveis pela tutela e pela posição accionista da RAM, quando tais funções sejam exercidas por diferentes titulares, e pelo Secretário Regional das Finanças.

Existe a possibilidade de alienação da SG, de acordo com o PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) da Região Autónoma da Madeira, o qual prevê expressamente a privatização da HF – acionista única da SG. Prevê-se que esta medida seja concretizada durante o ano de 2014, atendendo que não foi possível, como previsto, no exercício que acabou de encerrar.

Em 2014, não serão efetuados investimentos. No entanto a SG continuará a apostar num serviço de qualidade, com segurança e eficiência, apesar das dificuldades inerentes ao aumento da idade média da frota.

O tarifário em 2014 foi aumentado, em média, em 2%, mas tal como em 2013, cujo aumento médio foi de 2,4%, o que poderia concretizar-se em ganhos proporcionais deverá não acontecer, sendo de acreditar em nova redução da procura, com reflexos sobre a receita. Continuaremos, assim, a sentir muita dificuldade em retomar níveis mais elevados de procura, apesar das anunciadas perspectivas de algum crescimento e redução do desemprego, as quais serão insuficientes para a melhoria da performance deste sector de actividade. Não se perspectivam outras alterações significativas para este exercício, para além do agravamento de custos motivado pela inflação, pelo agravamento a partir de Agosto dos custos com trabalho suplementar, na sequência da decisão do Tribunal Constitucional sobre a apreciação da Lei nº 23/2012, e pelo eventual aumento dos combustíveis.

No entanto, a SG vai desenvolver a sua atividade focalizada no cumprimento das medidas acima mencionadas bem como no contínuo ajustamento da oferta à procura, o que não proporcionará por si diminuição de custos relevante.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

A SG informa que, tal como no ano anterior, encontra-se perdido mais de metade do seu Capital Social, devendo a sua acionista tomar as medidas necessárias para a sua reposição a níveis adequados.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos que o Resultado Líquido do exercício negativo em 503.638,82 euros seja transferido para Resultados Transitados.

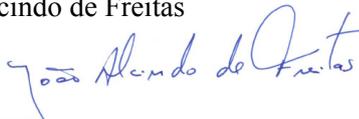
Funchal, 26 de Março de 2014

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente



João Alcindo de Freitas Vogal



António José Jardim Faria Vogal



Contas Do Exercício

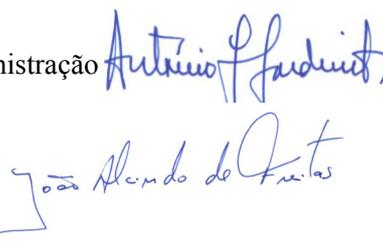
BALANÇO

Rubricas	Notas	Dezembro	
		2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	687.341,30	592.603,61
Outras contas a receber	11	751.418,44	1.148.089,59
		1.438.759,74	1.740.693,20
Activo corrente			
Inventários		1.869,89	2.011,59
Clientes	9	337.361,35	543.320,43
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	10	328.985,16	248.728,19
Accionistas / sócios	7	319.882,67	400.395,90
Outras contas a receber	11	418.118,59	878.185,61
Diferimentos	12	48.446,54	46.636,26
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	145.833,91	70.725,44
		1.600.498,11	2.190.003,42
Total do ACTIVO		3.039.257,85	3.930.696,62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	13	5.000.000,00	5.000.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	14	55.883,80	55.883,80
Outras reservas			
Resultados transitados	15	-3.768.976,31	-3.111.118,53
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	16	64,60	96,47
Resultado líquido do período		-503.638,82	-657.849,80
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		783.333,27	1.287.011,94
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	8,15,16	15,12	23,10
Outras contas a pagar			
		15,12	23,10
Passivo Corrente			
Fornecedores	20	1.555.283,19	1.499.155,04
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	11	43.212,70	41.779,78
Accionistas / Sócios			
Financiamentos obtidos	31		458.985,94
Outras contas a pagar	19	603.930,55	595.169,64
Diferimentos	13	53.483,02	48.571,18
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		2.255.909,46	2.643.661,58
Total do Passivo		2.255.924,58	2.643.684,68
Total do Capital Próprio e do Passivo		3.039.257,85	3.930.696,62

O Técnico de Contas

A Administração





DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercícios	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	20	3.352.939,51	3.575.556,26
Subsídios à exploração	11 e 21	754.409,49	661.104,92
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-7.572,52	-6.030,43
Fornecimentos e serviços externos	22	-2.854.150,55	-2.973.337,47
Gastos com pessoal	23	-1.513.903,19	-1.421.342,45
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10 e 11	22.684,11	-235.092,96
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	24	64.084,86	33.897,93
Outros gastos e perdas	25	-99.256,81	-102.384,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-280.765,10	-467.629,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 26	-220.896,37	-154.449,01
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-501.661,47	-622.078,17
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	27	-1.980,33	-35.908,08
Resultado antes de impostos		-503.641,80	-657.986,25
Imposto sobre rendimento do período	8	2,98	136,45
Resultado liquido do período		-503.638,82	-657.849,80

O Técnico de Contas



A Administração



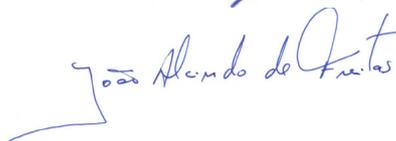

Fluxos de Caixa

RUBRICAS	exercícios	
	2013	2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	2.970.764,52	2.890.410,29
Pagamento a Fornecedores	-3.500.644,35	-2.916.767,58
Pagamentos ao Pessoal	-840.554,22	-851.197,28
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-1.370.434,05	-877.554,57
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-7.951,11	-5.766,44
Outros recebimentos / pagamentos	2.327.904,84	1.000.578,44
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	949.519,68	117.257,43
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos Fixos Tangíveis	-413.496,31	-54.441,56
Recebimentos de		
Activos Fixos Tangíveis	0,00	0,00
Juros e Rendimentos similares	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-413.496,31	-54.441,56
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento Obtidos	0,00	0,00
Pagamentos de		
Financiamento Obtidos	-458.985,94	0,00
Juros e gastos similares	-1.928,96	-35.853,44
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-460.914,90	-35.853,44
Varição de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)	75.108,47	26.962,43
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	70.725,44	43.763,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	145.833,91	70.725,44

O Técnico de Contas



A Administração


Demonstração das alterações no capital próprio no período 2012							Valores em euros
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no Início do Período 2012		5.000.000,00	55.883,80	(2.838.807,45)	642,25	(272.174,63)	1.945.543,97
Alterações no Período							
Primeira adopção novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças conversão demonstrações financeiras							
Realização exc. Reval. Act. fixos tang. intangíveis							
Exced. rev. Act. fixos tang e intang. resp. variações							
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15 e 16			(136,45)	(545,78)		
Ajustamentos por impostos diferidos							
Aplicação do resultado líquido do período	15			(272.174,63)		272.174,63	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
		-	-	(272.311,08)	(545,78)	272.174,63	-
Resultado Líquido do Período						(657.849,80)	(657.849,80)
Resultado Extensivo						(385.675,17)	(385.675,17)
Operações c/ Detent. capital no Período							
Outras operações							
		-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2012		5.000.000,00	55.883,80	(3.111.118,53)	96,47	(657.849,80)	1.287.011,94

O Técnico Oficial de Contas *Carlos Apunche* A Administração *Alcindo M. B. Santos* *João Alcindo de Freitas* *António F. F. F. F.*

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2013							Valores em euros
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no Início do Período 2012		5.000.000,00	55.883,80	(3.111.118,53)	96,47	(657.849,80)	1.287.011,94
Alterações no Período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do exced reval de act fixos tang e intangíveis							
Excedentes rev. de act fixos tang e intang. resp variações							
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15 e 16			(7,98)	(39,85)		
Ajustamentos por impostos diferidos					7,98		
Aplicação do resultado líquido do período	15			(657.849,80)		657.849,80	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
		-	-	(657.857,78)	(31,87)	657.849,80	-
Resultado Líquido do Período						(503.638,82)	(503.638,82)
Resultado Extensivo						154.210,98	154.210,98
Operações c/ Detentores capital no Período							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
		-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2013		5.000.000,00	55.883,80	(3.768.976,31)	64,60	(503.638,82)	783.333,27

O Técnico Oficial de Contas *Carlos Apunche* A Administração *Alcindo M. B. Santos* *João Alcindo de Freitas* *António F. F. F. F.*

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1 Nota Introdutória

1.1 Identificação da Entidade

1.1.1 Designação da Entidade

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (SG), é uma sociedade constituída em 10 de Junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por acções, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

1.1.2 Objecto e Finalidade

exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49391 - Transporte interurbano em autocarros), assegura no sector o aluguer de autocarros com condutor, para o turismo (CAE 49392 - Outros transportes terrestres de passageiros, diversos, n.e.).

1.1.2 Sede

A S. G. é a pessoa colectiva nº. 511007116, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

1.1.3 Designação da empresa mãe

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída em 5 de Junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por acções, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objecto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios fundadores e actuais a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9º., com o Capital Social integralmente realizado de 16.500.000,00 Euros.

1.1.4 Sede da empresa mãe

A HF é a pessoa colectiva n.º 511026340, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 26 de Março de 2014, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2013 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, excepção feita aos bens do Equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros, desagregada em componentes) adquiridos até o ano de 1992 que estão acrescidos das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos-Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do activo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado (Equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respectivas imobilizações.

As reparações/ manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são activos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações / manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a SG tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da SG destas viaturas para fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional, no ramo dos transportes, não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A SG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a SG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, por aplicação da NCRF nº. 7, procedeu à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2013, também tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas tendo-se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efectuar qualquer alteração.

Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos
Edifícios e outras construções	3 a 10
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas de cobrança e controlo	3
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, vão ser revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 13 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos activos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torna recebível.

Os subsídios do Governo condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Activos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar-se provável que um ex fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se tornar-se virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 26 de Março de 2014 data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Não ocorreram acontecimentos materiais após a data do balanço susceptíveis de dar lugar a ajustamentos (Nota 29).

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de

diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória

Os subsídios atribuídos pelo Governo regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos mas com uma certeza razoável de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

Ainda de acordo com o mesmo protocolo o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, que contribuem com os elementos necessários ao seu apuramento.

Complementarmente, de acordo com o novo protocolo, assinado em 02/11/2012, além do acima referido, fixou o valor máximo a pagar.

Vidas úteis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização, em 2013 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correcção.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificados pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa, bem como que coloquem em causa um ajustamento material nas quantias escrituradas nos activos e passivos durante o exercício de 2014. A empresa em 31 de

Dezembro de 2013 apresenta um Capital Próprio inferior a 50% do Capital Social, não dando cumprimento ao disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos à ordem		
Barclays Bank PLC	11,62	446,03
Montepio	299,57	23,33
Banco Espirito Santo	58.325,62	36.815,57
Banif	8.142,96	2.191,12
Caixa Geral de Depositos	77.403,54	29.264,01
Millenium BCP	350,60	985,38
IGCP	300,00	0,00
	145.833,91	70.725,44

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	3,95	3,95
Edifícios e outras construções	9.729,26	9.729,26
Equipamento básico	11.221.202,44	11.179.704,56
Equipamento administrativo	39.330,57	39.200,07
Outros activos fixos tangíveis	4.389,69	4.389,69
	11.274.655,91	11.233.027,53
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	53.109,31	492.646,47
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-10.640.423,92	-11.133.070,39
Perdas por imparidade do período	0,00	0,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00	0,00
	-10.587.314,61	-10.640.423,92
Valor líquido contabilístico	687.341,30	592.603,61

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis, durante o ano 2013, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Ver. / Imparidade	Abates	Activos class. como detidos p/ venda	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	3,95						3,95
Edifícios e outras construções	9.729,26						9.729,26
Equipamento básico	11.179.704,56	325.561,82		-284.063,94			11.221.202,44
Equipamento de transporte	0,00						0,00
Equipamento administrativo	39.200,07	130,50					39.330,57
Equipamentos biológicos	0,00						0,00
Outros activos fixos tangíveis	4.389,69						4.389,69
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00						0,00
	11.233.027,53	325.692,32	0,00	-284.063,94	0,00	0,00	11.274.655,91
Depreciação acumulada e imparidade							
Terrenos e recursos naturais	-3,95						-3,95
Edifícios e outras construções	-9.729,26						-9.729,26
Equipamento básico	-10.589.435,85	-220.765,87		274.005,68			-10.536.196,04
Equipamento de transporte	0,00						0,00
Equipamento administrativo	-36.865,17	-130,50					-36.995,67
Equipamentos biológicos	0,00						0,00
Outros activos fixos tangíveis	-4.389,69						-4.389,69
	-10.640.423,92	-220.896,37	0,00	274.005,68	0,00	0,00	-10.587.314,61
Total	592.603,61						687.341,30

As adições ocorridas no período correspondem essencialmente a reparações efectuadas em vários componentes de substituição das viaturas da empresa, que deram lugar ao abate das respectivas peças de substituição.

7 Acionistas/sócios

Esta rubrica no montante de 319.882,67 euros, que em 2012 apresentava o montante de 400.395,90 euros, refere-se a um valor a receber da casa-mãe, referente à venda de títulos de transporte associados à prestação de serviços interurbanos.

A rubrica não apresenta uma variação de relevo, sendo estes montantes liquidados ou recebidos de acordo com as disponibilidades de tesouraria.

8 Impostos sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal, decorrente das diferenças temporárias, que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal. O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

A SG não tem imposto corrente a pagar, atendendo que o seu resultado é negativo, com excepção das tributações autónomas sobre gastos incorridos no exercício.

A SG não reconheceu impostos diferidos activos, dado que não espera lucros tributáveis futuros, contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos passivos referem-se a subsídios ao investimento, que neste exercício não têm qualquer significado, apresentando um valor de 7,98 euros.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2013	31-12-2012
2013	110.420,31	110.420,31
2014	406.974,99	406.974,99
2015	235.481,93	235.481,93
2016	404.612,01	404.612,01
2017	518.347,53	
	1.675.836,77	1.157.489,24

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos activos:

Descrição	31-12-2013		31-12-2012	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuízos fiscais 2007	110.420,31	27.605,08	110.420,31	27.605,08
Prejuízos fiscais 2010	406.974,99	101.743,75	406.974,99	101.743,75
Prejuízos fiscais 2011	235.481,93	58.870,48	235.481,93	58.870,48
Prejuízos fiscais 2012	404.612,01	101.153,00	404.612,01	101.153,00
Prejuízos fiscais 2013	518.347,53	129.586,88		
	1.675.836,77	418.959,19	1.157.489,24	289.372,31

Relativamente aos prejuízos fiscais apresentados, e atendendo à inexistência de perspectivas quanto à sua utilização contra lucros futuros, os mesmos não deram origem a impostos diferidos activos.

Para além dos prejuízos fiscais, que gerem impostos diferidos, e à semelhança do verificado em exercícios anteriores, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

9 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	572.923,88	797.244,39
Serviços de turismo		
Serviços de transporte interurbano		
Empresas associadas		
Adiantamentos por conta de compras		
	572.923,88	797.244,39
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	18.361,43	-41.043,95
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-253.923,96	-212.880,01
	-235.562,53	-253.923,96
Valor líquido contabilístico	337.361,35	543.320,43

A variação na rubrica de Clientes resulta do pagamento por parte dos clientes escolas, entidades públicas ou destas dependentes, cujos saldos em aberto tinham já alguma antiguidade e que aguardavam disponibilidade financeira para garantir o seu pagamento, logo que fossem disponibilizadas as verbas pelo Governo Regional da Madeira, o que aconteceu em Outubro de 2013.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Serviços de turismo	251.927,96	8.130,32	26.391,75	233.666,53
Serviços de transporte interurbano	1.996,00	0,00	100,00	1.896,00
	253.923,96	8.130,32	26.491,75	235.562,53

O reforço de imparidade registada respeita ao ajustamento de alguns clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de alguns clientes, sendo os mais expressivos Rui Castro e Controlmédia.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Entre 365 e 730 dias	Mais de 730 dias
Clientes gerais	321.251,29	28.897,25	25.218,44	197.556,90
	321.251,29	28.897,25	25.218,44	197.556,90

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo, que deixaram de efectuar serviços e pagamentos. Estes encontram-se ajustados na sua totalidade.

10 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Activo		
Imposto sobre o rendimento	30.583,28	31.007,55
IVA a recuperar	168.535,85	98.278,88
IVA reembolsos pedidos	160.000,00	150.000,00
Outros impostos		
Subtotal	359.119,13	279.286,43
Imparidades	-30.133,97	-30.558,24
	328.985,16	248.728,19
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	5,00	
Retenções de imposto sobre o rendimento	12.442,93	7.659,00
Contribuições para a Segurança Social	30.764,77	34.120,78
Outras tributações		
	43.212,70	41.779,78

A SG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta, os quais ascendem a 31 de Dezembro de 2013 a 30.133,97 euros. Em face da reduzida expectativa de recuperabilidade dos mesmos, considerando a apresentação de prejuízos sucessivos, a Empresa registou uma perda por imparidade no mesmo montante.

11 Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Adiantamentos ao pessoal	5.977,71	
Outros devedores	29.431,82	729.702,03
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.257.570,76	1.516.624,41
	1.292.980,29	2.246.326,44
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	97.327,98	-194.049,37
Imparidade de períodos anteriores	-220.051,24	-26.001,87
	-122.723,26	-220.051,24
Valor líquido contabilístico	1.170.257,03	2.026.275,20

As principais variações dos saldos apresentados são:

A redução verificada, em outros devedores, que se refere essencialmente à Indemnização Compensatória do ano de 2012 recebida em 2013;

O saldo da rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos é também referente a Indemnizações Compensatórias mas dos exercícios de 2010 e 2011. Estes valores estão a ser facturados e recebidos por duodécimos até o final de 2016, por este facto foi efectuado ajustamentos no montante 93 mil euros relativo ao desconto desta dívida. Esta imparidade foi reconhecida, nas demonstrações financeiras nos subsídios à exploração, de acordo com a NCRF 20;

12 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Activo		
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Seguros	48.446,54	46.636,26
Outros		
	48.446,54	46.636,26
Passivo		
<i>Rendimentos a reconhecer</i>		
Passes	52.249,21	48.571,18
Outros	1.233,81	
	53.483,02	48.571,18

No que concerne a gastos a reconhecer os valores correspondem ao seguro de responsabilidade civil de passageiros. A conta de rendimentos a reconhecer (Passes) engloba o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2014, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de Dezembro de 2013.

13 Capital realizado

O capital social de 5.000.000 euros, representado por 1.000.000 acções ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2013.

O Capital Próprio, tal qual no ano anterior, encontra-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação que nos termos do art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, implica a informação do CA, propondo à Assembleia Geral que devem ser tomadas medidas tendentes à reposição do valor dos capitais próprios para níveis adequados.

14 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31/12/2013 totalizava 55.883,80 euros.

15 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido, do exercício anterior, no montante de 657.849,80 euros.

16 Outras variações no capital próprio

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento do subsídio ao investimento - subsídio aos sistemas de Bilhética e Apoio à Exploração, cujo proveito reconhecido no período foi de 31,87 euros, incorporando o imposto diferido associado àquele montante que foi de 7,98 euros.

De acordo com um esclarecimento da Comissão de Normalização Contabilística que altera a forma de contabilização e apresentação das demonstrações financeiras no que diz respeito a Impostos diferidos sobre os subsídios ao investimento não reembolsáveis, neste exercício já não deviam ser apresentados como imposto diferido do exercício nem nos resultados transitados. Esta alteração não foi considerada, na SG, e está a ser revelada neste relatório.

Fazemos notar que estamos a falar de valores insignificantes, como expressa o primeiro parágrafo.

17 Financiamentos obtidos

Esta rubrica de Financiamentos obtidos, registava em 2012 somente um empréstimo solicitado à Caixa Geral de Depósitos, no montante de 458.985,94 euros. Este empréstimo vencia-se em 13/01/2012 e foi prorrogado para 13/01/2013, tendo sido liquidado na data prevista.

18 Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Não corrente		
Clientes		
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos		
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros crédores		
Pessoal		
Corrente		
Fornecedores de investimentos	206.771,90	222.889,79
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e Subsídio de Férias	185.663,67	130.863,33
Outros credores por acréscimos de gastos	26.855,45	28.822,47
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	177.868,98	208.094,05
Pessoal	6.770,55	4.500,00
	603.930,55	595.169,64

Na rubrica de Fornecedores de Investimento os valores em aberto referem-se essencialmente à aquisição dos serviços de reparação e substituição de órgãos em viaturas, fornecidos pela empresa Mãe - Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.;

Nos outros credores, é igualmente e praticamente serviços da Empresa - Mãe Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.,.

19 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Fornecedores c/c		
Gerais	115.056,23	136.388,15
Empresa-mãe	1.440.226,96	1.362.766,89
Facturas em recepção e conferência		
	1.555.283,19	1.499.155,04

O montante revelado na rubrica de Fornecedores gerais é derivado da sua actividade operacional e de curto prazo da empresa, variando praticamente de acordo com os movimentos mensais.

Por sua vez, o montante revelado na rubrica de Fornecedores Empresa – Mãe, Horários do Funchal Transportes Públicos S.A. – refere-se aos fornecimentos, essencialmente, de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas é liquidado consoante as disponibilidades financeiras.

20 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Serviços prestados		
Bilhetes	1.236.899,63	1.259.275,23
Vinhetas e passes	1.258.117,80	1.234.387,14
Turismo	857.922,08	1.081.893,89
	3.352.939,51	3.575.556,26

As principais variações dos saldos apresentados são como segue:

A variação negativa do total de serviços prestados ascende a 223 mil euros que representa menos 6,23%, devendo-se a dois fatores:

- No serviço interurbano, os bilhetes registam uma redução nas quantidades em cerca de 26 mil títulos e uma redução no valor de 20 mil euros, -1,55%. Nos passes verifica-se também uma redução de 473 títulos mas um aumento em valor de 30 mil euros, 2,32%. O aumento médio do tarifário foi de 2,4%. Nos dois tipos de títulos o aumento é de 0,35%, não refletindo a percentagem média do aumento do tarifário;
- No serviço de turismo verificou-se uma redução de 223 mil euros, representando menos 20% que o ano anterior, essencialmente explicada pelo decréscimo nos circuitos tabelados em 237 mil euros. Estas variações refletem bem as quebras da procura já anteriormente referidas.

21 Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Indemnização compensatória	754.159,49	660.729,92
Outros	250,00	375,00
	754.409,49	661.104,92

A indemnização compensatória deste exercício e de acordo com o protocolo assinado em 22/11/2012 e já prevista no PAEF da RAM, foi no montante de 661 mil euros, de igual montante ao do exercício anterior.

No referido protocolo, as indemnizações compensatórias foram fixadas com um valor máximo a pagar em cada um dos anos, ainda expressa que se após o apuramento final da Indemnização Compensatória, resultar um valor inferior ao montante máximo fixado, o subsídio será reduzido nesse mesmo montante.

A variação acima apresentada, deve-se ao facto de ter sido registado, no exercício de 2012, na Secretaria Regional do Turismo e Transportes, em acréscimos de rendimentos o montante de 1.516 mil euros, referente às indemnizações compensatórias dos anos de 2010 e 2011. Estes valores estão a ser facturados e recebidos por duodécimos até o final de 2016, por este facto, foi efectuado ajustamentos no montante de 190 mil euros relativos ao desconto desta dívida. Neste exercício a dívida foi reduzida em 259 mil euros e a imparidade em 93 mil euros. Esta imparidade foi reconhecida, nas demonstrações financeiras nos subsídios à exploração, de acordo com a NCRF 20;

22 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Subcontratos	47.643,53	71.577,44
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	12.416,53	36.105,77
Publicidade e propaganda	256,00	1.919,40
Vigilância e segurança		
Honorários	4.236,54	
Comissões	35.524,98	34.517,01
Conservação e reparação	1.268.611,64	1.256.304,66
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	3.051,00	8.478,50
Artigos para oferta		
Outros	524,80	522,90
Energia e fluidos:		
Electricidade	801,37	979,59
Combustíveis	1.098.928,27	1.182.443,18
Água	7.239,83	6.023,37
Outros fluidos		
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	64,05	256,22
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias		
Outros		
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	162.060,00	162.060,00
Comunicação	10.845,77	11.215,00
Seguros	185.118,07	184.355,10
Royalties		
Contencioso e notariado	532,96	658,50
Despesas de representação	25,00	
Limpeza, higiene e conforto	5.740,36	5.740,36
Outros serviços	10.529,85	10.180,47
	2.854.150,55	2.973.337,47

O total desta rubrica, fornecimentos e serviços externos, apresenta uma redução de 120 mil euros (4%) em relação no ano anterior, justificando-se do seguinte modo:

Reduções

Nos subcontratos em 24 mil euros, referindo-se essencialmente à redução de cedências de funcionários da Empresa-Mãe, HF, considerando-se o menor número de serviços solicitados, motivado pela diminuição de serviços de turismo;

Nos trabalhos especializados a redução de 24 mil euros é referente à alteração de software da bilhética efetuado em 2012;

No gasóleo em 84 mil euros. A variação do gasóleo deveu-se à redução do número de Km percorridos, principalmente nos serviços de turismo, que resultou numa diminuição do número de litros consumidos em cerca de 31 mil litros, e à diminuição do valor unitário de aquisição;

No material de escritório, em 5 mil euros, que se deveu à aquisição em maior quantidade de bilhetes em papel, motivada pelas avarias no sistema de bilhética, mais precisamente nas impressoras de bordo.

Aumentos

Na conservação e reparação em 12 mil euros, verificou-se um aumento de 7 mil euros em reparações de viaturas e 4 mil em lavagens;

Nos honorários, em 4 mil euros, que respeitam a um estudo efectuado;

Nas outras rubricas nada de relevo a registar.

23 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Remunerações dos órgãos sociais	36.633,12	36.633,12
Remunerações do pessoal	1.193.217,88	1.122.957,62
Outros benefícios		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	261.721,99	242.169,85
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	17.672,49	16.501,86
Gastos de acção social		
Outros gastos com o pessoal	4.657,71	3.080,00
	1.513.903,19	1.421.342,45

A rubrica de remunerações dos órgãos sociais refere-se a valores atribuídos à empresa mãe, Horários do Funchal, pelo desempenho de cargos sociais dos seus membros do conselho de Administração na SG.

No total desta rubrica, gastos com o pessoal, registou-se um aumento de 92 mil euros, mais 6,5% que no ano anterior, motivado pela reposição do valor a pagar referente ao subsídio de férias (59 mil euros) e de Natal de (54 mil euros), e respectivos encargos, cortados pelo GRM, de acordo com o Orçamento de Estado para 2013 e repostos por ter sido considerado inconstitucional. O efeito de reposição do ano encontra-se registado como outros gastos e perdas (Nota 25).

No entanto, verificam-se algumas reduções nos abonos que compõem esta rubrica, embora de montante pouco significativo, nomeadamente, abono para falhas, ajudas de custo e indemnizações e essencialmente nas remunerações base atribuídas ao pessoal que reduziram em 26 mil euros.

Distribuição do pessoal em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Órgãos sociais		
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores		
Quadros médios		
Chefias intermédias	1	1
Profissionais altamente qualificados	1	1
Profissionais semi-qualificados	68	62
Contratados a prazo		7
	70	71

24 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos suplementares	49.357,81	9.048,28
Outros	14.727,05	24.849,65
	64.084,86	33.897,93

Nos outros rendimentos suplementares a diferença de valor de 40 mil euros, em comparação com o ano anterior, refere-se essencialmente à publicidade efetuada nos nossos autocarros, para promover a utilização dos transportes públicos na HF.

25 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Impostos		
Descontos de pronto pagamento concedidos	374,83	2.046,73
Dívidas incobráveis		625,00
Perdas em inventários		741,71
Restantes activos financeiros		
Investimentos não financeiros	10.058,26	6.637,87
Outros	87.774,39	90.552,07
Outros Juros	1.049,33	1.781,58
	99.256,81	102.384,96

Os descontos de pronto pagamento referem-se a incentivos dados pontualmente, aos nossos clientes, de forma a antecipar o recebimento de contas de clientes ainda não vencidas;

Nos investimentos não financeiros, o valor de 7 mil euros, apresentado no ano de 2012, é referente aos abates de órgãos de substituição de viaturas e neste exercício os 10 mil euros, apresentam a mesma natureza.

O montante registado na rubrica de Outros refere-se essencialmente ao efeito da reposição do subsídio de férias de 2012, pago em 2013 conforme referido na nota 23.

26 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Gastos		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	220.896,37	154.449,01
Activos intangíveis		
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	220.896,37	154.449,01

O aumento nos gastos de depreciação e amortização em 66 mil euros resulta essencialmente da adição de órgãos de substituição nas viaturas e de impressoras colocadas a bordo das viaturas.

27 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Juros suportados	1.850,33	33.078,50
Outros gastos e perdas	130,00	2.829,58
	1.980,33	35.908,08

Os valores acima apresentados, resultam essencialmente do empréstimo existente na Caixa Geral de Depósitos, liquidado em Janeiro de 2013, sendo que por esta razão os valores escriturados em 2012 referem-se a um ano de juros e em 2013 a um só mês.

28 Divulgações de partes relacionadas

A SG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão além de senhas de presença ao Presidente e Secretário da Assembleia Geral no montante de 600 euros.

Foi atribuído à empresa – mãe uma remuneração no montante de 35.433 euros a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão.

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Vendas e prestações de serviço		
Empresa-mãe	44.244,56	459,90
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
Gastos		
Empresa-mãe	-2.866.329,06	-2.907.973,98
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	-2.822.084,50	-2.907.514,08

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Activos		
Empresa-mãe	319.882,67	400.395,90
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
Passivos		
Empresa-mãe	-1.818.943,19	-1.794.039,31
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	-1.499.060,52	-1.393.643,41

29 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa.

30 Outras informações

30.1 Anexo ao relatório do conselho de administração

**Anexo ao relatório do conselho de administração
a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do (C.S.C.) Código das sociedades
comerciais**

ORGÃOS SOCIAIS (Art.º 447.º, n.º 1 do C.S.C)	N.º. ACÇÕES EM 31/12/12	N.º. ACÇÕES EM 31/12/13
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		

ACCIONISTAS (Art.º 447.º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.)	N.º. ACÇÕES EM 31/12/12	N.º. ACÇÕES EM 31/12/13
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	1.000.000

Informação a que se refere o n.º 4 do Artigo 448.º do C.S.C.

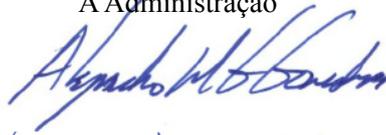
Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2013
a seguinte posição

ACCIONISTAS	N.º. ACÇÕES	%
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	100

O Técnico de Contas



A Administração







**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 3.039.258 euros e um total de capital próprio de 783.333 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 503.639 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

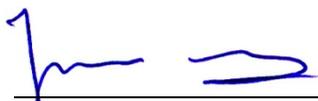
- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que, à semelhança do verificado em períodos anteriores, à data de 31 de Dezembro de 2013 encontra-se perdido mais de metade do capital social da Empresa, consequência dos sucessivos resultados líquidos negativos registados, tendo o Conselho de Administração efectuado os procedimentos descritos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, sobre os quais relata no relatório de gestão. Pese embora o Conselho de Administração proponha aos accionistas da Empresa a reposição do valor do capital próprio a um nível adequado, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos períodos futuros da Empresa encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual terá que ser enquadrada no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., e indirectamente detentora da totalidade do capital da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., deveria proceder à privatização da Empresa, facto que se prevê venha a ocorrer em 2014.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro dos accionistas, do sucesso futuro das suas operações e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 14 de Abril de 2014



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, com uma ênfase, decorrente do exame realizado.

Tal como mencionado na ênfase da Certificação Legal das Contas, gostaríamos de salientar de novo que as demonstrações financeiras da Empresa continuam a evidenciar uma situação patrimonial deficitária pelo que, nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, os Accionistas devem ser informados em Assembleia Geral da presente situação para que possam decidir sobre as medidas que considerem convenientes e de forma a serem cumpridas as prerrogativas definidas no referido artigo o mais brevemente possível.

Do Administrador Único e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade delibere sobre:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Porto, 14 de Abril de 2014

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)